



NOVA

NOVA SCHOOL OF
SCIENCE & TECHNOLOGY

DEPARTAMENTO DE
CIÊNCIAS E ENGENHARIA AMBIENTAL

OLHANDO JUNTOS PARA O OCEANO

DESAFIOS E CONTRADIÇÕES DA DÉCADA DO OCEANO

MAYRA JANKOWSKY

Doutora em Ciências Ambientais

RELATÓRIO PÓS-DOCTORAL



OLHANDO JUNTOS PARA O OCEANO.
DESAFIOS E CONTRADIÇÕES DA DÉCADA DO OCEANO

MAYRA JANKOWSKY

Doutora em Ciências Ambientais

Orientadora: Mônica Maria Borges Mesquita
Investigadora, Universidade NOVA de Lisboa



OLHANDO JUNTOS PARA O OCEANO.
DESAFIOS E CONTRADIÇÕES DA DÉCADA DO OCEANO

MAYRA JANKOWSKY

Doutora em Ciências Ambientais

Orientadora: Mônica Maria Borges Mesquita
Investigadora, Universidade NOVA de Lisboa

Estágio Pós-Doutoral em Ciências do Ambiente/ Observatório de Literacia oceânica/ Centro de Ciências do Mar e do Ambiente/Departamento de Ciências e Engenharia Ambiental/ Faculdade de Ciências e Tecnologia

Universidade NOVA de Lisboa
julho, 2023

Olhando juntos para o oceano. Desafios e contradições da Década do Oceano

Copyright © <Mayra Jankowsky>, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade NOVA de Lisboa.

A Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade NOVA de Lisboa têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar este relatório pós-doutoral através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Ao meu filho Otto.

AGRADECIMENTOS

À Mônica, por me receber no OLO, na sua casa e compartilhar tanto comigo. Obrigada pela enorme generosidade, paciência, carinho e troca desse período. Como uma pessoa generosa, também tem uma família muito generosa que me recebeu nessa estada: Orlando, Renan e Lucas, obrigada pela paciência e acolhimento.

Ao Marcelo, pela generosidade, por ter feito essa ponte incrível. Por todas as dicas e suporte durante minha estada. A acolhedora Yara, pelas trocas e suporte. Ao Ian, que rapidamente aderiu a rede apoio que permitiu minha estada 4 meses longe do meu filhote.

Ao Otto, que muito pequeno, conseguiu vivenciar as saudades e sentimentos intensos, me ajudando a ficar fora esse tempo. A grande rede apoio de familiares e amig@s que dividiram esse momento comigo. Especialmente ao Beto, que me apoiou na decisão de vir, e cuidou do Otto na melhor forma que poderia fazer. A minha querida mãe, sem você não teria conseguido, foi suporte ao Otto e a mim. Ao meu pai e minhas irmãs, que deram grande suporte ao pequeno e tornaram sua vida alegre nesse tempo. Aos querid@s amig@s que me ofertaram ouvidos, ombros, alguns empurrões e muitas trocas para isso se concretizar: Vani, Jocemar, Ingrid, Deborah, Ivan, Pedro, Natália e especialmente Camila, Marina, Letícia, Helô que me aguentaram de tantas diversas formas que nem saberia descrever. Aos amig@s das terras portuguesas que tornaram essa estadia tão rica e mais alegre Mariana, Dan, Chico, João, Marta, Katarina, Ana, Natalie. A Tati e a Dani que fizeram tudo isso.

À vida, por tudo e por tanto!

“Na transfluência não há volta, porque ela é circular. Ao mesmo tempo que algo vai, fica; ao mesmo tempo que fica, vai - sem se desconectar.”

(Antônio Bispo dos Santos).

RESUMO

A Década do Oceano, de 2021 a 2030, foi declarada pela ONU com a Agenda 2030 para o Oceano e a Economia Azul. No entanto, a crescente exploração econômica dos oceanos está afetando de forma negativa as populações costeiras, dificultando a continuidade de seus modos de vida e práticas tradicionais, como a pesca artesanal. Faz-se necessário entender e analisar as contradições presentes nessa agenda global. Para tanto, é preciso adotar um quadro teórico-prático de investigação emancipatória e transdisciplinar a partir de outras culturas, valores e conhecimentos. Aqui, buscou-se, a partir da fundamentação de quadro teórico-prático, a construção de um espaço dialógico na Costa da Caparica para avançar sobre a perspectiva do oceano desejado. Assim, estabeleceu-se o II Ciclo do Parlamento Oceânico, com foco na temática "O oceano que o Oceano quer". Este ciclo envolveu participantes de diferentes formações e áreas de atuação, que debateram a situação atual e problematizaram o cenário em questão. Os debates revelaram diferenças significativas entre o futuro desejado para o oceano e a trajetória atual, incluindo a discussão em torno do conceito de crescimento azul. Além disso, identificou-se a necessidade de reimaginar a relação da sociedade com o oceano, incorporando direitos fundamentais, como o direito ao tempo. Indica-se que a construção de uma trajetória societal oceânica requer novas direções que estejam alinhadas com a busca por uma sociedade mais justa e ecologicamente sábia.

Palavas chave: Agenda 2030, (de)crescimento azul, coconstrução do conhecimento, transdisciplinaridade; zonas de transição.

ABSTRACT

The Decade of the Ocean, from 2021 to 2030, was declared by the United Nations as part of the 2030 Agenda for the Ocean and the Blue Economy. However, the growing economic exploitation of the oceans is negatively affecting coastal populations, hindering the continuity of their ways of life and traditional practices, such as artisanal fishing. Therefore, it is necessary to understand and analyze the contradictions present in this global agenda. To do so, it is necessary to adopt a theoretical-practical framework of emancipatory and transdisciplinary research drawing from other cultures, values, and knowledge. Here, based on the foundation of this theoretical-practical framework, the construction of a dialogical space in Costa da Caparica was sought to advance the perspective of the desired ocean. Thus, the II Cycle of the Ocean Parliament was established, focusing on the theme "the ocean that the Ocean desires." This dialogical cycle involved participants from diverse backgrounds and areas of expertise, who debated the current situation and problematized the scenario in question. The discussions revealed significant differences between the desired future for the ocean and the current trajectory, including the discussion around the concept of blue growth. Furthermore, it was identified that there is a need to reimagine society's relationship with the ocean, incorporating fundamental rights, such as the right to time. It is suggested that the construction of an oceanic societal trajectory requires new directions aligned with the pursuit of a more just and ecologically wise society.

Keywords: 2030 Agenda, (de)Growth, knowledge co-construction, transdisciplinarity, transition zones

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Contexto e motivação	2
1.2	Problema e objetivos	3
1.3	Abordagem e contribuições	3
1.4	Organização do documento	4
2	QUADRO TEÓRICO-PRÁTICO	5
2.1	Valorização dos diversos saberes	5
2.2	Caminhos para investigação confluyente de saberes	6
2.3	Algumas lentes para olhar o desenvolvimento	9
3	O PARLAMENTO OCEÂNICO	13
3.1	Como acontece o Parlamento Oceânico?	14
3.1.1	Apresentação e convite a reflexão.	16
3.1.2	Alguns olhares para o oceano	16
3.1.3	Rodas de conversa.....	17
3.1.4	Reflexão coletiva.....	20
3.1.5	Direitos do Oceano	21
4	ESTAR JUNTO AO OLO.....	23
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Modelo conceitual das relações entre os valores socioculturais, práticas cotidianas e a construção do conhecimento.....	6
Figura 2. Uma sociedade, da qual há “não parte” da parte, há um desentendimento sobre o “conhecimento”. Aqui, a investigação coconstruída e transdisciplinar relevante para tecer outros saberes e mudanças na trajetória societal.....	14
Figura 3. Quadro com a síntese da discussão do grupo.	18
Figura 4. Síntese da reflexão do grupo, discutido a partir da perspectiva de decrescimento..	19
Figura 5. Investigadora Mônica Mesquita representando a discussão realizada em Maputo..	20

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Síntese dos direitos declarados.....	21
--	----

SIGLAS

ONU Organização das Nações Unidas.

UNDP Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

No final de 2017, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou a próxima década, de 2021 a 2030 como Década do Oceano. Com a proposta o "Oceano que Precisamos para o Futuro que Queremos", ela foi anunciada como uma futura "revolução" nos oceanos, aumentando o conhecimento sobre eles a partir de uma estrutura comum para a implementação desta agenda, pautada no desenvolvimento sustentável (UNDP, 2023), ficando conhecida como a Agenda 2030 para o Oceanos. Concomitante a Agenda 2030 para o Oceano, termos como Economia Azul e Crescimento Azul vem se tornando populares, atrelados ao potencial de exploração e crescimento econômico através dos oceanos. Em comum, essas agendas têm como parte do discurso o olhar para o futuro, o crescimento econômico, o respeito às realidades locais e a construção de um futuro sustentável (Da Ros et al., 2019; Jouffray et al., 2020; Shiiba et al., 2021).

Entretanto, a relação com o oceano é uma trajetória que socialmente vem sendo construída e não se inicia a partir destas agendas. É interessante observar que a narrativa presente até pouco tempo atrás era pautada na imensidão do oceano e a impossibilidade de destruí-lo. O imaginário construído a partir dessa narrativa desmoronou frente a realidade global de mudanças climáticas, sobrepesca, acidificação e desoxigenação dos mares. A nova narrativa segue pautada na imensidão do oceano, mas agora aponta dada sua complexidade e nos impactos já causados, sendo difícil pensar em ações que evitem o colapso em andamento (Lubchenco & Gaines, 2019). Ambos os discursos, justificam o não engajamento na temática, enxergando a conjuntura do presente como uma realidade consolidada, e não uma trajetória em construção.

Ao mesmo tempo que se pauta a urgência de promover a sustentabilidade e evitar um colapso oceânico, também se prevê que a economia oceânica cresça mais do que a terrestre

entre 2010 e 2030, indicando o avanço de atividades econômicas especialmente nas ilhas e áreas costeiras (Jouffray et al., 2020). E de forma semelhante ao crescimento econômico terrestre, o crescimento azul hoje está pautado na concentração de capital de poucas grandes transnacionais. Calcula-se que em 2018, as dez maiores transnacionais oceânicas responderam por 45% do faturamento total obtido. Seguindo a trajetória do ambiente terrestre, há concentração de capital em poucas transnacionais, e compartilhamento social de externalidades como depleção de recursos naturais, poluição, aumento da pobreza e restrição de acesso ao ambiente (Virdin et al., 2021). Nesse mesmo cenário, alguns atores com estreita e histórica relação com o oceano e a região costeira, como pescadores artesanais e populações tradicionais costeiras, têm cada vez mais a dificuldade de manter seu modo de vida (Brent et al., 2020), e estão cada vez vulneráveis aos eventos climáticos extremos (Dasgupta et al., 2022).

1.1 Contexto e motivação

Analizando esta situação, alguns autores vêm apontando a contradição intrínseca desta agenda (Bogadóttir, 2020; Kaul et al., 2022; Neilson & São Marcos, 2019; Salleh et al., 2019). Ainda que a inclusão e a diversidade sejam parte do escopo, a adoção de um parâmetro de desenvolvimento, calcado no crescimento econômico, acabam por excluir a multiplicidade de culturas e modos de vida existentes, que muitas vezes se pautam em cosmovisões (Santos, 2015) distintas da meta hegemônica de crescimento econômico (Salleh et al., 2019). A ideia da pluralidade, expressa na concepção do pluriverso, busca a participação e autonomia das diferentes culturas não busca a negação ao modelo de desenvolvimento existente, mas traz a possibilidade de ter outras formas de organização, concepções e valores sociais a serem buscados e/ou mantidos (Salleh et al., 2019).

Partindo do reconhecimento da existência de outros saberes, valores e formas de entender e interagir com o ambiente, bem como a complexidade que envolve o oceano, a concepção de um projeto de investigação passa pela construção coletiva, envolvendo os diversos saberes e percepções de mundo. A coconstrução é uma abordagem de investigação em expansão (Chambers et al., 2021), e há poucos grupos que tem nela sua base de investigação há alguns anos.

Nesse contexto, o Observatório de Literacia Oceânica – OLO, desponta como um grupo de investigação transdisciplinar voltado aos mares e as várias temáticas aí envolvidas. Está aliado a uma equipe de investigação com diversas expertises e áreas de atuação, pautado em conhecimentos tradicionais, locais, técnicos e científicos. Com isso, tem como membros, investigadores e técnicos de diferentes áreas, pescadores e pescadoras artesanais, ativistas e historiadores (Franco & Mesquita, 2019). A metodologia adotada pelo OLO, parte do processo de investigação emancipatório, *bottom-up*, e busca despertar o sentimento de pertencimento, e posterior engajamento com a problemática vivenciada. Etapas imprescindíveis nos processos comunitários sustentáveis.

1.2 Problema e objetivos

Frente a contradição exposta anteriormente, este projeto de pós-doutoramento teve como principal pergunta: Qual é a trajetória desejada para a zona costeira e o oceano? Questões que a subjazem emergem como norteadoras: Como construir essa trajetória? Para quem constroem-se esta trajetória? Essas perguntas têm como premissa de investigação a coconstrução de conhecimento, a partir da pluralidade de saberes e vivências com este ambiente.

Para tanto, o projeto trouxe como principal objetivo problematizar junto ao OLO, bem como a comunidade local, a trajetória oceânica em andamento e a desejada de forma crítica, situada e plural. Para esse intuito, estabeleceu-se como objetivos específicos (a) aprofundamento do quadro teórico-prático transdisciplinar que permita abordar de forma crítica o tema; (b) a partir do quadro teórico-prático obtido, realizar assembleia comunitária para problematizar sobre a trajetória oceânica percorrida até o momento e dialogar sobre as ações desejadas para construção da direção desejada.

1.3 Abordagem e contribuições

Foi realizado o aprofundamento teórico entre temas correlatos como etnografia crítica (Mesquita et al., 2020), antropologia ecológica (Ingold, 2012), ecologia política (Leff, 2015; Martínez Alier, 2018), etnoecologia (Toledo, 2002); pluriverso (Salleh et al., 2019); decrescimento azul (Bogadóttir, 2020; Ertör & Hadjimichael, 2020); decolonização do conhecimento (Dilger et al., 2016; Leff, 2015; Salleh et al., 2019); ciclos de cultura (Freire, 2003), coconstrução de conhecimento (Chambers et al., 2021) e justiça ambiental crítica (Pellow, 2016). A partir

desse aprofundamento, foi constituído um quadro teórico-prático que alicerçou a elaboração de assembleia comunitária (Chambers et al., 2021; Freire, 2003) no formato de um Parlamento Oceânico, conforme método proposto pelo coletivo Zuloarck na construção dos Parlamentos Urbanos.

1.4 Organização do documento

No Capítulo 1 apresentou-se uma introdução a contradição presente na agenda oceânica global, voltada ao desenvolvimento sustentável dos oceanos, e quais quadros teóricos foram usados para construir um arcabouço de análise desta questão. No Capítulo 2 consta o desenvolvimento do quadro teórico-prático deste estudo. O Capítulo 3 detalha e analisa o Parlamento Oceânico e o Apêndice A traz o cartaz de divulgação do evento. O Capítulo 4 apresenta as práticas e vivências promovidas pelo OLO sob a perspectiva da transdisciplinaridade. No Capítulo 5 são apresentadas considerações finais sobre o trabalho.

QUADRO TEÓRICO-PRÁTICO

2.1 Valorização dos diversos saberes

Como primeiro passo, optou-se por abordar algumas reflexões sobre como se dá o processo de construção do conhecimento de maneira ampla, presente na sociedade. Aqui, adota-se a ideia de que todo conhecimento consiste, em primeiro lugar, em habilidades, e que todo ser humano é um centro de percepções e agência em um campo de prática. O conhecer não reside nas relações entre estruturas no mundo e estruturas na mente, mas na lida prática. Assim, ele é estabelecido pelo indivíduo vivenciando o mundo. Portanto, a construção do conhecimento se dá de forma prática, experimentando, com alguma orientação ou não (Ingold, 2010).

Apesar de Ingold abordar a construção do conhecimento de maneira ampla, a valorização do saber elaborado a partir da práxis é a base dos estudos de etnoecologia (Toledo, 1992). A etnoecologia aborda o conhecimento povos e comunidades tradicionais, muitas vezes ligados ao saber de plantas e animais (Prado & Murrieta, 2015). Tem como base o estudo do complexo sistema crença-conhecimento-prática dos povos e comunidades tradicionais na conservação da biodiversidade. Nesse sistema, a cosmovisão reconhece o profundo sentimento de pertencimento a natureza, onde seres vivos e não-vivos estão intimamente ligados, sendo esta cosmovisão o alicerce do conhecimento transmitido oralmente e adquirido com a prática (Toledo, 2001). Ainda que tenham semelhanças é importante salientar que Ingold, supera o dualismo entre natureza/cultura, ao apontar que o conhecimento sobre o ambiente e, portanto, a percepção das pessoas sobre ele, é resultante das formas de engajamento das pessoas com suas atividades cotidianas e socialização com ao ambiente. A Figura 1, a seguir, sintetiza essas relações.

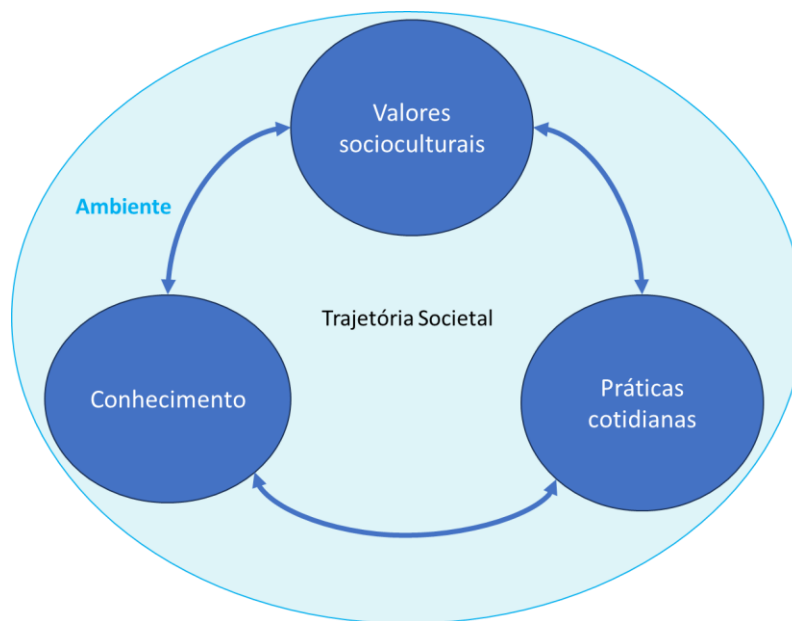


Figura 1. Modelo conceitual das relações entre os valores socioculturais, práticas cotidianas e a construção do conhecimento.

Em comum, esses autores reconhecem na *práxis* e no engajamento o processo de construção de conhecimento, e seu potencial de transformação da realidade, orientados e orientando valores socioculturais. A partir desse reconhecimento, é incoerente seguir com a investigação acadêmica sem incorporar a pluralidade de saberes nos estudos, sendo pautada pela construção *bottom-up*, e buscando caminhos para a confluência de saberes.

2.2 Caminhos para investigação confluyente de saberes

Este tópico se inicia buscando formas de promover uma ciência sem ignorar os próprios limites e impactos. Busca também o afastamento da prática científica que marginaliza e/ou coloniza outros saberes.

Como uma primeira abordagem, coloca-se a etnografia crítica (Gérin-Lajoie, 2009), que parte da etnografia tradicional, na qual práticas sociais, a partir da observação, são interpretadas pelos atores sociais envolvidos. Entretanto, tem como propósito favorecer as mudanças sociais entre os atores envolvidos, buscando alterar as relações de poder na sociedade. Acredita portanto, no potencial de emancipação dos indivíduos, uma vez que se estabelece na relação dialética entre as

condicionantes estruturais que limitam os sujeitos e a capacidade destes se realizarem, apesar destas imposições (Gérin-Lajoie, 2009). Como parte do arcabouço da etnografia crítica, é preciso olhar para o conceito em desenvolvimento de *sea-ing*, "um movimento proposto como um caminho alternativo para desmistificar, ressignificar, ou apenas complementar, a forma como o ser humano se percebe em seu entorno, a importância da situacionalidade bem como a relevância da justiça intelectual para sociedades igualitárias" (Mesquita, 2023). Nesse movimento, a etnografia crítica tem sua prática semelhante ao movimento do mar. Em vez de permanecer na coleta e análise de dados, escolhe reconstituir o percurso até o momento atual, observando a linha temporal, como um movimento, uma sequência de ondas, sem estrutura linear (Mesquita, 2023). Assim, a etnografia crítica, ao se dar entre as condicionantes estruturais, portanto reconhecendo a importância da situacionalidade que limitam os sujeitos, e a capacidade destes se realizarem, se pauta para justiça intelectual e sociedades igualitárias, fomentando mudanças nas trajetórias sociais.

Somando a este arcabouço, aponta-se a abordagem transdisciplinar, que procura a construção de ciência mais integrativa, com diversos saberes e conhecimentos envolvidos (Russell et al., 2008). Especialmente nas ciências socioambientais, permite explorar relações de causa-efeito, desenvolver opções estratégicas para políticas públicas relevantes, que somente a partir da perspectiva científica convencional tem se mostrado insuficiente, e com resultados pouco robustos quando comparada a prática de investigação transdisciplinar (Renn, 2021).

Ainda que as investigações transdisciplinares tenham aumentado o número de publicações nos anos recentes, uma definição consensual amplamente aceita ainda está em construção, por diferentes escolas acadêmicas. Em uma recente revisão sobre o tema, Lawrence e colaboradores, 2022, trouxeram características comuns as investigações transdisciplinares, nem sempre explícitas na definição. São elas: (a) esforço para transcender as fronteiras disciplinares; (b) valorização de investigações acadêmicas multidisciplinares e interdisciplinares; (c) envolvimento de atores sociais como participantes do processo; (d) foco em problemas reais, socialmente relevantes; (e) apoio proativo à ação ou intervenção, buscando um resultado transformador; (f) busca pelo bem comum; (g) reflexividade, entendida pelos autores como o exame consciente do contexto mais amplo para garantir a compatibilidade dos conhecimentos e tarefas do projeto ao longo do seu desenvolvimento. Os aspectos apontados entre os tópicos (c) e (g) passaram a ser mais presentes partir dos 2000, especialmente com a inclusão de atores não acadêmicos como participantes ativos nas investigações (Lawrence et al., 2022). Essa revisão também tem interesse neste tipo de investigação transdisciplinar, desenvolvida junto a atores não acadêmicos, uma vez que tem interesse do reconhecimento dos diversos saberes, inclusive os não acadêmicos, como explicado anteriormente.

Entre os desafios encontrados a esta abordagem, destaca-se a dificuldade de promover a real participação, com engajamento de todos dos atores. Nesse sentido, a proposta de co-construção da investigação tem sido visto como uma abordagem bastante efetiva para superar esta questão (Chambers et al., 2021; Cooke et al., 2021; Lawrence et al., 2022; Reid et al., 2021). A coconstrução de conhecimento implica em uma investigação conduzida de forma colaborativa, inclusiva e de maneira respeitosa e engajada. Isso deve ocorrer em todas as etapas da investigação: estabelecer a pergunta, pautada na demanda real da sociedade, como realizar o estudo, formas de coletar de dados, interpretação dos resultados e aplicação do conhecimento gerado. Este último passo pode levar a mudança na pergunta inicial, e ajustes na condução da investigação (Cooke et al., 2021). Isso também implica em um menor controle sobre o processo de investigação (Reid et al., 2021).

Essa investigação dialógica traz um desafio intrínseco de promover horizontalidade na sua execução. Demanda reconhecer que há assimetrias de poder presentes os atores da sociedade, que envolvem posições sociais, gênero, raça entre outros fatores. A construção da investigação precisa equilibrar essas assimetrias, para promover a real oportunidade de participação. Tal questão foi brilhantemente abordada por Paulo Freire na sua sistematização dos ciclos de cultura (Freire, 2003). Os ciclos de cultura tem como princípio a problematização e o protagonismo dos atores envolvidos (Freire, 2003). Inicialmente, foi parte do processo de alfabetização de adultos, mas hoje tem sido usado em outras etapas de formação escolar, bem como em outras disciplinas (Carneiro et al., 2014; Souza et al., 2021). Todo este arcabouço tem o potencial de promover a decolonização do conhecimento (Dilger et al., 2016; Leff, 2015; Salleh et al., 2019), ao abordar outros saberes de forma horizontal e transversal.

Esse entendimento sobre o conhecimento, de forma inerente, reconhece que há sociedades pautadas por outros valores socioculturais, e com isso trazem outras ideais de mundo. Entretanto, esse conhecimento, muitas vezes tido como conhecimento tradicional ou local, é associada ao antigo e desatualizado, necessitando de desenvolvimento adicional (Dilger et al., 2016).

Essa percepção está profundamente enraizada no ideal de crescimento econômico propagado pelo conceito de "desenvolvimento", que tinha como objetivo trazer prosperidade e conforto para todos. No entanto, a realidade é que esse desenvolvimento tem falhado em proporcionar bem-estar generalizado e riqueza, em vez disso, perpetuando um sistema em que poucos acumulam riqueza à custa de muitos (Salleh et al., 2019).

Nesse sentido, é necessário reavaliar práticas tradicionais, buscando abandonar o ideal arraigado de desenvolvimento em uma única direção. Para tanto, destaca-se o Pluriverso, que traz uma compilação transcultural de conceitos concretos, com diversos saberes e experiências, pautados em diferentes cosmovisões e/ou valores a serem buscados, alinhados com o ideal "sociedade ecologicamente sábia e socialmente equitativa" como guia da trajetória societal (Salleh et al., 2019).

Não se trata de uma proposta contra o modelo ocidental de desenvolvimento unidirecional, mas sim de reconhecer que outros conhecimentos, visões de mundo e ideais também podem ser válidos e frequentemente mais alinhados com o bem-estar comum (Kaul et al., 2022; Neilson & São Marcos, 2019; Salleh et al., 2019). Ressalta-se que a pobreza e a degradação ambiental não são meros subprodutos ou falhas desse paradigma de desenvolvimento; são resultados intrínsecos decorrentes de seu funcionamento, que é essencialmente baseado na desigualdade (Krenak, 2022).

2.3 Algumas lentes para olhar o desenvolvimento

Os arcabouços de investigação transversal e coconstruída permitem o olhar crítico ao modelo hegemônico de desenvolvimento e consolidação da ciência. Complementariamente, é importante analisar a situacionalidade dos grupos atores da investigação frente a esse paradigma desenvolvimentista. Aqui, para este propósito busca-se suporte nas análises promovidas pela ecologia política (Leff, 2015; Martínez Alier, 2018), justiça ambiental crítica (Das, 2019; Pellow, 2016) e decrescimento azul (Ertör & Hadjimichael, 2020).

A ecologia política tem um amplo arcabouço e pode ser compreendida sob alguns prismas. Para Leff, 2006, a pulsão por ter, controlar e acumular, são intrínsecos ao modelo econômico e desenvolvimentista atual, portanto, é preciso pensar formas de reconstrução pautado na reapropriação da natureza e reterritorialização das culturas, tanto no plano material quanto simbólico. Nesse contexto, a política ecológica contribui ao estudar e propor formas de desconstruir a economia atual (Leff, 2015). Um outro olhar, agora focado na América Latina, Sul global, mostra sua atuação como um processo de reflexão-ação, como uma ciência contra-hegemônica e como uma promotora do diálogo de saberes (Machado Araújo, 2017). Uma perspectiva mais ampla, foca na análise da pobreza e da degradação ambiental como parte de conflitos ecológicos distributivos, sendo a distribuição ecológica compreendida como os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos recursos naturais e aos serviços ambientais.

Vê como determinantes da distribuição ecológica fatores sociais, culturais, econômicos, políticos e tecnológicos (Martínez Alier, 2018). Aqui há especial interesse na análise do uso de poder para garantir acesso a recursos e serviços ambientais, ou para mudar os custos da poluição de acordo com origem étnica, classe social, casta ou gênero (Martinez-Alier, 2017). Trata-se, portanto, igualmente de um movimento de luta por justiça ambiental, de modo que há uma ligação entre justiça ambiental e política ecológica (Martínez Alier, 2017).

Para o movimento de justiça ambiental, a justiça social é inseparável da proteção ambiental. No entanto, em 2016, o conceito de Justiça Ambiental Crítica (JAC), demonstrou a mais claramente interconexões entre injustiças sociais e ambientais (Pellow, 2016). Pautou-se em quatro eixos: (a) interseccionalidade, destacando à forma como múltiplas categorias sociais de diferença estão entrelaçadas na produção de injustiça ambiental, desde raça, gênero, sexualidade, capacidade e classe até espécies, levando em consideração como tanto o mundo humano quanto o mundo mais do que humano são afetados e respondem à injustiça ambiental; (b) escala espacial, uma vez que alguns estudos exigem uma abordagem mais localizada outros mais ampla; ainda considera a escala temporal uma vez que há questões persistentes que perduram há anos e ainda enfrentam dificuldades em progredir; (c) pensar além do Estado, buscando entendimento mais profundo da natureza arraigada e embutida da desigualdade social, incluindo o especismo e o poder do Estado, na sociedade; (d) indispensabilidade das populações marginalizadas e espécies frequentemente tratadas como descartáveis.

A proposta de decrescimento econômico se alinha com o acúmulo de investigações e evidências vindas tanto dos campos da ecologia política quanto da justiça ambiental, uma vez que a primeira linha aponta com clareza que o crescimento econômico é incompatível com a sustentabilidade ambiental, ou com uma sociedade "ecologicamente sábia", enquanto a segunda aponta a perversidade existentes na assimetria social entre ganhos promovidos pela exploração ambiental destinado a poucos e "externalidades" promovidas, causando enormes danos a populações tradicionais e/ou de baixa renda (Demaria et al., 2013; Martinez-Alier, 2017).

O decrescimento azul emerge como uma leitura crítica da estratégia global de crescimento azul, que mesmo trazendo, no campo teórico, a promessa de desenvolvimento sustentável, na prática resulta em problemas e danos semelhantes aos promovidos pelo crescimento econômico terrestre, havendo estudos tanto ligados a (in)justiça ambiental azul (Bennett, 2018; Bennett et al., 2021; Chuenpagdee, 2020; Schreiber et al., 2022) quanto a necessidade de

promover o decrescimento azul, dado a incompatibilidade das agendas de crescimento com sustentabilidade (Bogadóttir, 2020; Ertör & Hadjimichael, 2020; Hadjimichael, 2018).

Assim, olhando para a crise do modelo desenvolvimentista, terrestre, e agora marinho, coloca-se a necessidade de repensar decisões, paradigmas e realinhar as trajetórias, partindo também das evidências de que na ausência de uma transformação sociocultural estrutural, a inovação tecnológica e gerencial não será suficiente para solucionar a crise atual (Salleh et al., 2019). Para instrumentalizar essa reflexão, buscou-se a construção do Parlamento Oceânico, descrita no próximo capítulo.

O PARLAMENTO OCEÂNICO

O Parlamento Oceânico, é uma ferramenta desenvolvida pelo Observatório de Literacia Oceânica, adaptada da proposta do Coletivo de Arquitetura Zuloark, que tem promovido sessões dialógicas e participativas em espaços transdisciplinares e transculturais, abrindo-se a toda a sociedade civil e, com isso, promovendo um movimento de contra-colonização (Santos, 2015) do Oceano. O objetivo tem sido adotar o Parlamento Oceânico como ferramenta pedagógica e de investigação proativa, não só na constituição de uma Carta do Oceano - um manifesto orgânico e em constante evolução, já iniciado em sua Primeira Sessão realizada em 2018 - mas também para manter uma discussão de conhecimentos fronteiriços, alimentando uma nova consciência sobre o Direito ao Oceano. O tema adotado foi "O Oceano que o Oceano quer", visando desde o convite ao diálogo a reflexão de pertença ao Oceano.

Como apresentado inicialmente, as narrativas em torno do Oceano pouco tem colaborado com o engajamento e sentimento de pertença, seja pela máxima da imensidão do oceano e a impossibilidade da ação antrópica afetá-lo - que se mostrou falaciosa - seja pela realidade global de mudanças climáticas, sobrepesca, acidificação e desoxigenação dos mares, que gera um sentimento de que nada mais pode ser feito (Lubchenco & Gaines, 2019). Ambos erram ao não compreender a realidade oceânica como parte de uma trajetória em construção.

Nesse sentido, o Parlamento Oceânico também contribui enquanto uma ferramenta importante na Década do Oceano, que traz como tema a ciência necessária ao futuro que queremos. Como também já apontado anteriormente, a crise socioambiental demanda a transversalidade e diferentes saberes para sua superação, e não pode se desvincular do compromisso ético de evitar a colonização dos saberes. Aqui, ao se adotar uma abordagem de co-construção, tecendo a transdisciplinaridade de saberes, busca-se incluir olhares e saberes muitas vezes não representados na proposta de crescimento azul. Dessa forma, também se

constitui como uma ferramenta para que parte da não parte se coloque dentro do campo político de reivindicações (Rancière, 1996) (Figura 2).

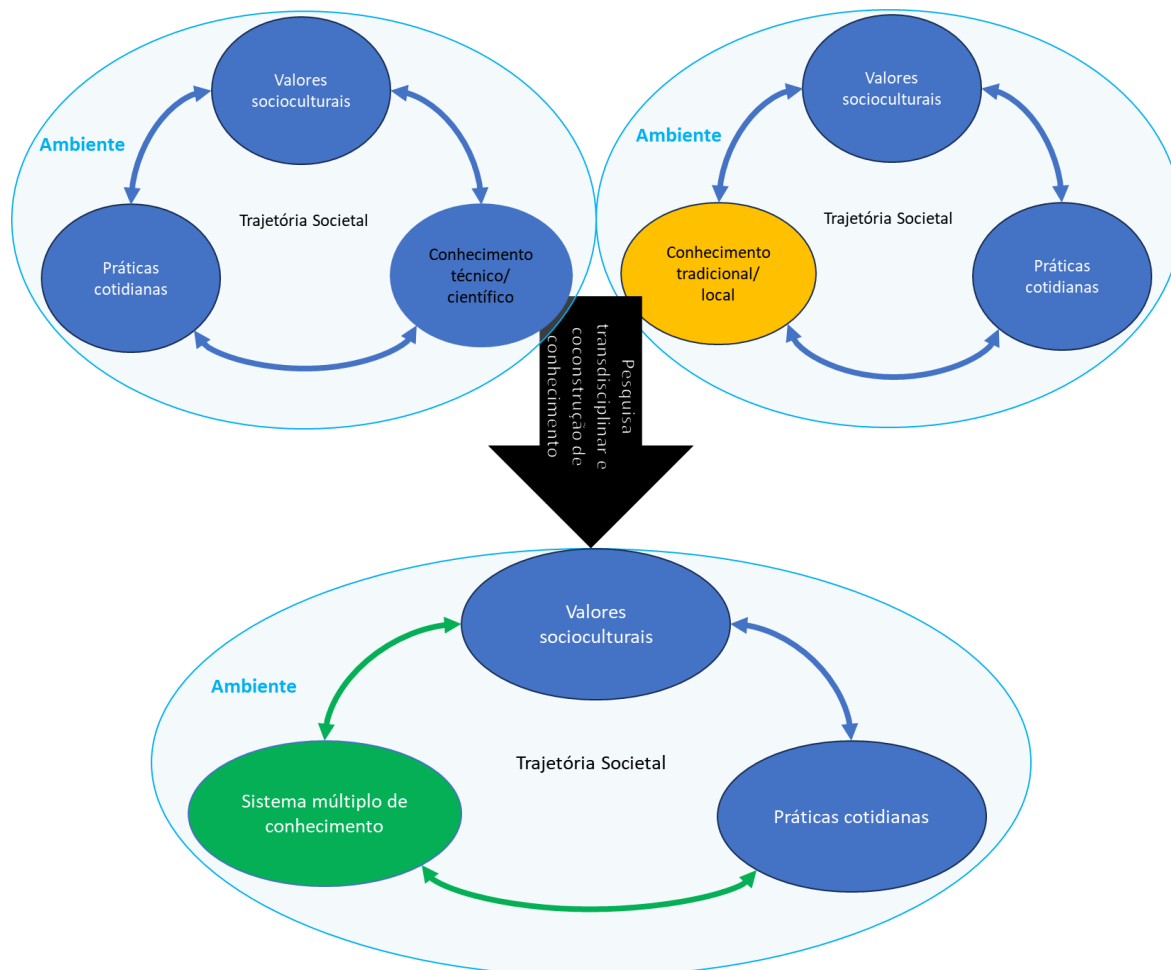


Figura 2. Uma sociedade, da qual há “não parte” da parte, há um desentendimento sobre o “conhecimento”. Aqui, a investigação coconstruída e transdisciplinar relevante para tecer outros saberes e mudanças na trajetória societal.

3.1 Como acontece o Parlamento Oceânico?

Inicialmente é preciso pensar o local e a estrutura para realização da atividade. Em princípio, havendo: (1) cadeiras dispostas em meia-lua ou em círculo, (2) um objeto onde se possa anotar as palavras-chave do debate e (3) uma cadeira confortável, a estrutura física estaria contemplada. Tendo assegurada a estrutura para realização, iniciou-se a fase de preparação do dia e convites. Idealmente, tem-se (a) uma pessoa para conduzir e dinamizar a discussão, a

qual tem o desafio de trazer uma reflexão inicial sobre o dia, mas também um ponto que dialogue entre os demais convidados, fomentando a roda de conversa que começa no centro e vai reverberando entre todos os membros desta roda de conversa; (b) convidados dinamizadores, duas ou três pessoas que trarão sua experiência e olhar a respeito do tema gerador, com o desafio de instigar os demais partícipes a dialogar sobre a proposta do evento; (c) convidados focais, que nos grupos de discussão contribuirão com sua experiência para o diálogo entre todos os presentes e para sistematização das ideias discutidas. Dessa forma, a escolha e aceite destas pessoas é um passo importante, que garantido, permite avançar para a divulgação do evento e convite para participação, buscando envolver grupos diversos que possam contribuir com a roda dialógica.

O Parlamento Oceânico se realiza em duas horas, das quais devem ser distribuídas nas falas iniciais das pessoas com o desafio de dinamizar as discussões. Após essa reflexão inicial, os partícipes são convidados a se organizarem em grupos, junto com as pessoas que aceitaram fomentar e sistematizar o debate. Essa etapa de debate tem cerca de meia hora, e ao após esse período todos retornam ao parlamento, para um debate coletivo sobre as reflexões de cada grupo. Essa é uma etapa com cerca de meia hora, havendo um tempo final ao qual todos são convidados a se sentar individualmente na poltrona do parlamento e declarar sua opinião a respeito de: (1) um direito do oceano que precisa ser protegido; (2) um direito que precisa ser abolido; (3) um direito que ainda precisa ser constituído. Essa última etapa deve compor a Carta de Direito do Oceano.

Neste II ciclo do Parlamento Oceânico, utilizou-se a estrutura construída para o primeiro ciclo, um banco de três andares, em formato de meia-lua onde todos os partícipes puderam se acomodar, uma lousa e uma poltrona para reflexão final. A escolha e convite aos dinamizadores e fomentadores foi feita de maneira cuidadosa e com a antecedência necessária para a preparação dos mesmos. A divulgação (Apêndice A) buscou atingir grupos diversos, contando com apoio de membros do OLO para isso. Buscou-se que houvesse a participação jovens secundaristas na realização do Parlamento na sua análise e sistematização através do Programa Ciência Viva. Infelizmente, não houve inscritos para esta atividade e o Parlamento ocorreu sem essa importante presença. É importante a reflexão, e possivelmente alguma investigação, sobre a necessidade de melhora no processo de comunicação, e também sobre o quanto a ausência absoluta também reflete a desconexão com a pauta oceânica e com processos participativos de construção de conhecimento.

3.1.1 Apresentação e convite a reflexão.

A fala inicial buscou acolher os participantes, trazendo a importância de cada um dos presentes para a realização do Parlamento Oceânico, e, portanto, a necessidade de escuta ativa e presença nos debates. Também foi apresentado o que é o Parlamento Oceânico, sua origem no Parlamento Urbano do coletivo madrilhenho de arquitetura Zuloark. Em Madri, este parlamento urbano, foi o início de um movimento de resignificação do espaço urbano, especialmente de espaços coletivos. Durante a trajetória desse coletivo, houve a ocupação e resignificação de alguns espaços, como praças abandonadas, que passaram a ser autogestionados e novamente aproveitadas coletivamente.

Após o histórico da proposta do Parlamento, foi apresentada a dinâmica do dia, omitindo apenas a etapa final de declaração de direitos. A ideia com isso, era que somente após uma série de trocas sobre o tema houvesse essa reflexão final.

Em seguida foi exposto uma perspectiva sobre a situacionalidade da sociedade em relação ao Oceano. Um breve fala sobre o ideal de Crescimento Azul, a busca por uma exploração "sustentável" em contraposição com a realidade de acidificação dos oceanos, aumento de temperatura e nível do mar. Entre as reflexões, foi abordado qual papel a Década do Oceano poderia ter. O convite do dia foi a reflexão do Oceano que o Oceano quer, com o desafio de pensar além do papel antropocêntrico considerando outras vidas, inclusive não humanas, e entendendo que idealizar o que se quer é o primeiro passo para concretização.

3.1.2 Alguns olhares para o oceano

A primeira contribuição trouxe uma reflexão sobre os processos de mudança e resignificação. Com um olhar a partir da trajetória evolutiva dos cetáceos, que partiram um ancestral terrestre até ter todo o ciclo de vida aquático, instigou-se os presentes a pensar nesse movimento da terra para água, sob a perspectiva do homem. Uma segunda provocação foi no sentido inverso de olhar o movimento da água para terra, na perspectiva da caça das baleias e as estruturas estabelecidas em terra decorrentes dessa atividade, como as estações baleeiras. No caso português, na Ilha do Açores, as primeiras estruturas são do início do século XIX e foram modernizadas ao longo tempo até a proibição da caça as baleias, motivada pelo risco de extinção das espécies. Hoje, alguns dessas antigas estações foram totalmente reformadas, resignificadas como museus. Essa modificação nas estruturas físicas reflete mudanças mais

significativas na sociedade, como a visão do que sagrado na sociedade, a mudança de valores socioculturais e consequentemente a forma como a humanidade interage com o oceano. Ao final, trouxe uma provocação a necessidade de um conhecimento mais holístico e integrado, como promotor para as escolhas que são feitas e as formas de conexão que buscamos enquanto sociedade ocidental.

A segunda fala trouxe uma reflexão sobre a necessidade, mas ao mesmo tempo, dificuldade de engajamento da juventude nessa temática. A perspectiva das mudanças climáticas como um fato dado ao qual absolutamente nada pode ser feito é um aspecto que merece atenção. Entretanto, aqui abrem-se outras reflexões. Uma delas é o aumento da vulnerabilidade, que atinge a sociedade de formas e intensidades distintas, mas afeta a todos. Isso traz a necessidade de buscar outros caminhos, incorporando outros saberes e outras visões que não almejem apenas o crescimento econômico e o paradigma do desenvolvimento. Nessa perspectiva, é importante olhar o papel da acadêmica como um espaço de mudança, que precisa avançar no debate e na incorporação de outros olhares e saberes, mas que na prática encontra imensas dificuldades de estabelecer outra construção de conhecimento.

3.1.3 Rodas de conversa

Após a partilha dessas reflexões, os partícipes foram convidados a se dividirem em grupos menores, para facilitar o diálogo e oportunizar a participação de todos os presentes. Os grupos foram divididos a partir de três convidados focais, sendo que os dinamizadores formaram um grupo a parte.

3.1.3.1 Ciência que queremos

O grupo trouxe uma reflexão sobre os desafios socioambientais enfrentados na atualidade, como as mudanças climáticas e as desigualdades no efeito dessas mudanças sobre as populações, que acabam por aumentar as desigualdades sociais. A partir da percepção da dos desafios socioambientais há a tomada de consciência de que nenhum conhecimento isoladamente é capaz de superar este desafio. Ao mesmo tempo, a academia hoje tem dificuldade de adotar práticas e projetos transdisciplinares capazes de incorporar conhecimentos não acadêmicos, bem como respeitar o tempo necessário de tais investigações. Segue-se em um caminho mais confortável, mecanizado e informatizado de processo de aprendizagem, sem se questionar prioritariamente para quem aquele conhecimento está sendo produzido, como esse processo de geração de conhecimento é capaz de provocar mudanças. Essas questões

nem sempre respondem a "lacuna" de conhecimento e muitas vezes estão pautadas em experiências locais. Ainda que haja outras formas de fazer ciência mais alinhados com esses propósitos, é importante destacar a necessidade de ressignificar, também, o espaço de geração de conhecimento alinhado ao futuro desejado, mais igualitário e ecologicamente sensato (Figura 3).



Figura 3. Quadro com a síntese da discussão do grupo.

3.1.3.2 Espaço da pesca artesanal

Um dos grupos refletiu sobre as dificuldades da pesca artesanal nesse contexto de Crescimento Azul. A pesca artesanal nunca recebeu muito atenção por parte do poder público, ainda que seja uma atividade secular. A situação atual demonstra um momento de maior crise, onde as regras da União Europeia não favoreceram a atividade, pelo contrário, ao tornar proibida a comercialização direto ao consumidor aumentou a dependência da figura do intermediário, que por sua vez passou a ter maior poder de determinação de preços baixos. A baixa rentabilidade da atividade tem sido comprometedora de sua continuidade, e se relaciona também com a redução dos estoques pesqueiros, alvo de disputa totalmente assimétrica com a pesca industrial. Ao final, o grupo optou por mostrar o quadro em branco, representando a invisibilidade de pescadores e pescadoras artesanais, bem como os grandes desafios a serem enfrentados.

3.1.3.3 O oceano

Um dos grupos refletiu que o oceano é um ente por si só, e pensar sobre o oceano que Oceano quer não retraria o fato de que o oceano existirá de alguma forma, independente do que se almeje.

3.1.3.4 Outras visões de mundo

O grupo refletiu a partir da perspectiva de decrescimento azul. Houve a reflexão sobre o valores e visões de mundo em jogo quando se trata do futuro sob o olhar socioambiental. Foi apresentado a necessidade de pensar em estratégias para que tomadores de decisão consigam transitar do antropocentrismo para uma sociedade mais ecocêntrica, que caminha em um ritmo mais lento, menos predador (Figura 4). A reflexão sobre quem somos "nós" em parte reflete ao exposto no início deste capítulo, onde parte da sociedade se percebe como parte da não parte da parcela da sociedade atendida pelas agendas globais.

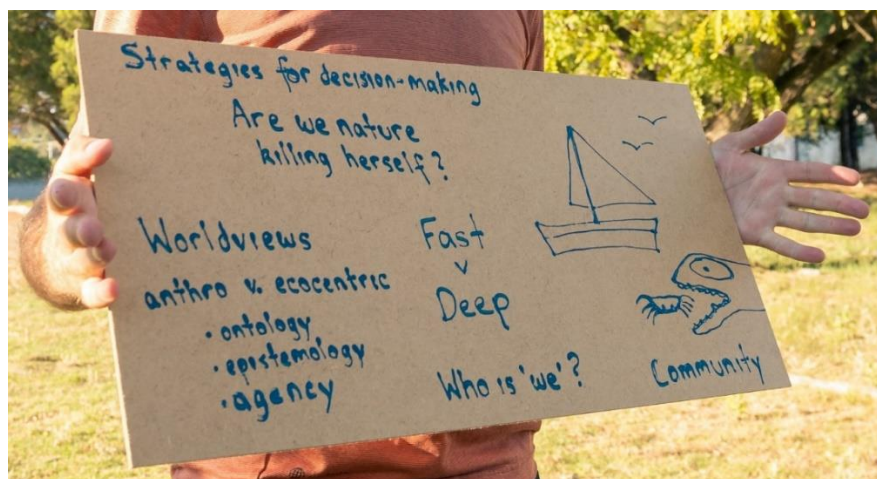


Figura 4. Síntese da reflexão do grupo, discutido a partir da perspectiva de decrescimento.

3.1.3.5 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Durante o VII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, em Maputo/Moçambique, foi realizado um ciclo do Parlamento Oceânico como uma "oficina" do evento. Seguindo as etapas descritas anteriormente, os participantes, representados nesse momento pela investigadora Mônica Mesquita, também puderam trazer reflexões especialmente relacionadas a necessidade de para a exploração predatória

especialmente nas áreas do oceano profundo, do qual há poucas informações e opaca estrutura de governança (Figura 5).



Figura 5. Investigadora Mônica Mesquita representando a discussão realizada em Maputo.

3.1.4 Reflexão coletiva

Todas as reflexões aqui resumidas foram apresentadas e debatidas entre os presentes. Em comum, quase todos os grupos a necessidade de mudança e ressignificação das (a) formas de se fazer ciência; (b) valorizar conhecimentos e práticas tradicionais; (c) visões de mundo e paradigmas que guiam a trajetória societal (d) atividades económicas descoladas dos anseios da sociedade. A reflexão de quem somos nós é bastante pertinente e também contribui com a consideração de que "nós" (o grupo participante do Parlamento), nesse momento se percebe como parte dos sem-parte (Rancière, 1996), há necessidade de reivindicação de igualdade nas decisões. Isso passa por carregar as demandas postas de significado a outra parte, ou seja, tornar, compreensível o debate aqui posto. Nesse sentido, o que se busca precisa ser declarado, verificado e conquistado.

Após esse debate, o ciclo de reflexão retorno ao ponto de origem, "quem somos nós", e finalmente houve uma rodada de apresentação dos membros. Usualmente, essa é uma das primeiras etapas de qualquer diálogo, entretanto, ressalta-se que também foi uma forma

oportuna de encerrar, quando as pessoas estavam menos inibidas e fizeram uma apresentação mais profunda sobre suas personalidades e anseios.

3.1.5 Direitos do Oceano

Após essa roda dialógica, os presentes que se sentiram confortáveis, se sentaram na poltrona do Parlamento Oceânico e declararam: (1) um direito do oceano que precisa ser protegido; (2) um direito que precisa ser abolido; (3) um direito que ainda precisa ser constituído. É importante ponderar sobre a situacionalidade dos direitos aqui apresentados (Quadro 1), e que como parte do método, se busca a livre expressão, e não o consenso ou um olhar para direitos atemporais (embora em alguns casos sejam). Ainda que estejam conectados, os direitos aqui apresentados em sua maioria são distintos e envolvem uma gama de demandas.

Quadro 1. Síntese dos direitos declarados.

 Direito a ser constituído:	 Direito a Abolir:	 Direito a ser protegido:
 a verdade;	 o Estado;	 tudo a nossa volta;
 a paz;	 grandes barcos;	 o oceano como ser vivo;
 tempo, para aprofundar, para comunicar;	 tempo, porque não temos tempo, é urgente mudar;	 tempo para lidar com todas as questões do oceano;
 nós mesmos;	 descarte inadequado de resíduos;	 oceano profundo;
 dar voz aos animais;	 práticas e coisas más em geral;	 espaço do habitat;
 silêncio;	 exploração predatória;	 práticas tradicionais;
 tempo, ter acesso a tempo	 grandes explorações de minério e pesca industrial	 liberdade, coisas são livres e devem ser livres

O Parlamento Oceânico tem uma forte potência como espaço dialógico e escuta. As reflexões coletivas apontaram para a necessidade de mudanças e reivindicação de nos espaços de escuta e construção para contemplar a perspectiva de um futuro que "nosso". Entretanto, ao estabelecer as declarações individuais, as falas dão vazão a outras nuances, por vezes mais profundas, que no debate coletivo não aparecem, como a necessidade de tempo, de silêncio.

Fica claro que dentro do cenário atual, os anseios aqui colocados colidem com a agenda posta dentro do paradigma desenvolvimentista da sociedade ocidental.

.

ESTAR JUNTO AO OLO

Uma das atividades desenvolvidas foi acompanhar e vivenciar as práticas transdisciplinares do OLO. Embora o tempo deste pós-doutoramento tenha sido curto, houve uma diversidade de temas e práticas durante esse período. Aqui exponho uma reflexão de como elas contribuíram para compreensão do funcionamento de um grupo transdisciplinar.

Um primeiro aspecto é que em um grupo transdisciplinar, e, portanto, diverso, as atividades desenvolvidas variam bastante. Foram vivências de dança, ciclos de seminário, apresentações feitas por doutorando, historiador e pescador, almoços coletivos, debate em escolas secundaristas, visitas a barracão de pesca, reuniões na associação de pescadores e pescadoras, visita às comunidades urbanas.

Um segundo aspecto, é o cuidado com o processo. Há um cuidado em buscar oportunizar a participação de todos, valorizando a contribuição que cada um pode dar ao processo. Eventos dos quais o OLO é convidado se busca a diversidade de membros, entre ativistas sociais, pescadores/as, investigador/a para abordar um aspecto da realidade. Embora pareça simples, poucos investigadores partilham uma oportunidade de fala, especialmente com pessoas não acadêmicas. Outro cuidado é não restringir os espaços, ou caracterizar usos a locais específicos, por exemplo, ciclo de palestra pode ser na beira do Tejo ou na biblioteca da Universidade, com investigador/a ou pescador/a. Talvez a escrita não faça justiça a naturalidade como esses processos se desenrolam. Há ainda um cuidado de escuta ativa entre os membros, com forte valorização do outro. Por fim, se busca sempre valorizar a participação de todos que puderam estar presentes, assim, esses eventos não terminam no seu encerramento, mas demanda ainda um cuidado a mais, de reconhecimento e agradecimento. É possível notar que participar de um processo como esse, é bastante trabalhoso e envolve tempo e energia, mas também se conecta com o sentimento de pertença ao grupo.

Em comum, todas essas vivências demandaram bastante atenção e presença plena nas atividades. De alguma forma todas elas se conectam, e contribuem para o funcionamento todas. Nas vivências de dança, a percepção do corpo como parte da sua situacionalidade, e como uma forma de expressar é algo importante em todas as interações. Os seminários e palestras trouxeram informações relevantes e discussões proveitosas sobre imaginário, sagrado, conhecimento local e tradicional, pertença, visões de mundo que facilitam estar presente nas vivências de campo, reconhecendo o valor e buscando entender os processos que levaram ao ponto que está sendo observado. As vivências de campo, sempre são mais surpreendentes, com espaço para o novo e um pouco inesperado, exigem uma maior flexibilidade e presença para tentar entender as relações daquele espaço. Por fim, os almoços talvez sejam os pontos de maior troca, potencialmente a menos estruturada, mas mais fluida, reforçando aspectos de afetividade rechaçados pela academia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui desenvolvido mostra que o oceano não pode ser visto apenas como uma fronteira a ser conquistada, mas sim como uma vida, local de trabalho e interação. A paisagem marinha não representa um mundo externo e acabado que existe independentemente dos seres que a habitam, nem representa apenas imagens ou ideias (Ingold, 2000).

Assim, ele abrange as relações entrelaçadas entre seres humanos, outros seres e objetos dentro do mundo. Ao habitar o mundo, nos envolvemos nas ricas tradições históricas e culturais que se tornaram parte da paisagem. É importante notar que essas tradições não são exclusivas dos seres humanos, mas abrangem todos os seres e objetos que coexistem no mundo (Ingold, 2012). Nesse sentido, também é importante entender esse complexo sistema socioecológico como uma construção social, em constante movimento. Na proposição de Ingold, a paisagem está em constante modificação pelos seres que a habitam e que são modificados por ela, o que significa que há uma construção contínua sem uma forma final. Analisar o oceano a partir dessa perspectiva também nos permite entendê-lo como um cenário de construção política. Assim, mesmo que sua construção ocorra regularmente por meio de entidades não humanas e humanos, o oceano está sendo contestado por outra agenda de desenvolvimento com diferentes atores e interesses (Peters, 2020). Nesse momento, ainda que se possa apontar as diversas e delicadas relações estabelecidas no oceano, esse território também é palco de disputas. Aqui, aponta-se a dissonância entre propostas como o decrescimento azul que abrem espaço para algumas práticas tradicionais, como a pesca artesanal, e a agenda do crescimento azul.

Essa discordância, no caso da pesca artesanal, se dá pelos pescadores que tem o mar não como uma substância isolante, mas como um espaço dinâmico onde trabalham, vivem e interagem. Os processos de modernização envolveram a busca pelo controle sobre o oceano e trouxeram mudanças significativas na paisagem, como a instalação de estruturas portuárias, mineração em águas profundas, aquicultura e pesca industrial (Brent et al., 2020). Ao analisar os efeitos do Crescimento Azul na pesca artesanal, pelo menos 13 "tipos de injustiças" foram

identificados, como dominação participativa, violação cultural, tráfico de pescadores, pilhagem industrial ou agressão recreativa (Schreiber et al., 2022).

Essas são algumas das consequências que já estão sendo observadas. No entanto, é importante destacar que a agenda proposta pelo Crescimento Azul é a mesma que levou às consequências indesejáveis experimentadas no Antropoceno, incluindo o aquecimento global, o aumento do nível do mar, a acidificação, a desoxigenação, mudanças no comportamento de contaminantes, mudanças no crescimento populacional de peixes, bem como alterações na estrutura e dinâmica ecológica entre organismos marinhos (B. C. Franco et al., 2020; Lubchenco & Gaines, 2019; Paulus, 2021; Pauly, 2018; Steneck & Pauly, 2019; Virdin et al., 2021). Nesse mesmo cenário, comunidades costeiras, que têm uma relação próxima e, muitas vezes, histórica com o oceano estão se tornando mais vulneráveis a eventos climáticos extremos (Dasgupta et al., 2022).

Portanto, é importante compreender profundamente as consequências das mudanças resultantes desse modelo de desenvolvimento, que levou ao colapso climático. Importante também destacar que há uma relação assimétrica de poder e responsabilidade no dano gerado (Martínez Alier, 2018). Dessa forma, assumir que todos os habitantes e meios de subsistência têm o mesmo impacto e responsabilidade pelas mudanças traz um erro conceitual e torna difícil identificar os responsáveis. Isso também dificulta impulsionar mudanças mais profundas, como a ideia de promover o fim do crescimento econômico como uma meta infinita e inatingível, e manter os níveis metabólicos da sociedade nos patamares atuais. Também dificulta a valorização e troca com outros modos de vida que não tenham no crescimento econômico sua grande meta, mas sim o bem-estar e a qualidade de vida. Por fim, apesar de estarmos “Olhando juntos para o Oceano”, as contradições aqui expostas levam a remar em sentidos distintos.

BIBLIOGRAFIA

- Bennett, N. J. (2018). Navigating a just and inclusive path towards sustainable oceans. *Marine Policy*, 97(June), 139–146. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2018.06.001>
- Bennett, N. J., Blythe, J., White, C. S., & Campero, C. (2021). Blue growth and blue justice: Ten risks and solutions for the ocean economy. *Marine Policy*, 125(December 2020), 104387. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2020.104387>
- Bogadóttir, R. (2020). Blue Growth and its discontents in the Faroe Islands: an island perspective on Blue (De)Growth, sustainability, and environmental justice. *Sustainability Science*, 15(1), 103–115. <https://doi.org/10.1007/s11625-019-00763-z>
- Brent, Z. W., Barbesgaard, M., & Pedersen, C. (2020). The Blue Fix: What's driving blue growth? *Sustainability Science*, 15(1), 31–43. <https://doi.org/10.1007/s11625-019-00777-7>
- Brossmann, J., & Islar, M. (2020). Living degrowth? Investigating degrowth practices through performative methods. *Sustainability Science*, 15(3), 917–930. <https://doi.org/10.1007/s11625-019-00756-y>
- Carneiro, A. M. M., Diegues, A. C. S., & Vieira, L. F. S. (2014). Extensão participativa para a sustentabilidade da pesca artesanal. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 32(c), 81–99. <https://doi.org/10.5380/dma.v32i0.35949>
- Chambers, J. M., Wyborn, C., Ryan, M. E., Reid, R. S., Riechers, M., Serban, A., Bennett, N. J., Cvitanovic, C., Fernández-Giménez, M. E., Galvin, K. A., Goldstein, B. E., Klenk, N. L., Tengö, M., Brennan, R., Cockburn, J. J., Hill, R., Munera, C., Nel, J. L., Österblom, H., ... Pickering, T. (2021). Six modes of co-production for sustainability. *Nature Sustainability*. <https://doi.org/10.1038/s41893-021-00755-x>
- Chuenpagdee, R. (2020). Blue Justice for Small-Scale Fisheries: What , why and how. In V. Kerezi, D. Kinga Pietruszka, & R. Chuenpagdee (Eds.), *Blue Justice For Small-Scale Fisheries: A Global Scan*. TBTI Global Publication Series.
- Cooke, S. J., Nguyen, V. M., Chapman, J. M., Reid, A. J., Landsman, S. J., Young, N., Hinch, S. G., Schott, S., Mandrak, N. E., & Semeniuk, C. A. D. (2021). Knowledge co-production: A pathway to effective fisheries management, conservation, and governance. *Fisheries*, 46(2), 89–97. <https://doi.org/10.1002/fsh.10512>
- Das, S. P. (2019). David Naguib Pellow, What is Critical Environmental Justice? . *International Sociology*, 34(2), 231–233. <https://doi.org/10.1177/0268580919831637a>
- Dasgupta, S., Wheeler, D., Bandyopadhyay, S., Ghosh, S., & Roy, U. (2022). Coastal dilemma: Climate change, public assistance and population displacement. *World Development*, 150, 105707. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2021.105707>

- Demaria, F., Schneider, F., Sekulova, F., & Martinez-Alier, J. (2013). What is degrowth? from an activist slogan to a social movement. *Environmental Values*, 22(2), 191–215. <https://doi.org/10.3197/096327113X13581561725194>
- Dilger, G., Lang, M., & Pereira-Filho, J. (2016). *Decolonizar o Imaginário - Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. Fundação Rosa Luxemburgo.
- Ertör, I., & Hadjimichael, M. (2020). Editorial: Blue degrowth and the politics of the sea: rethinking the blue economy. *Sustainability Science*, 15(1), 1–10. <https://doi.org/10.1007/s11625-019-00772-y>
- Franco, B. C., Defeo, O., Piola, A. R., Barreiro, M., Yang, H., Ortega, L., Gianelli, I., Castello, J. P., Vera, C., Buratti, C., Pájaro, M., Pezzi, L. P., & Möller, O. O. (2020). Climate change impacts on the atmospheric circulation, ocean, and fisheries in the southwest South Atlantic Ocean: a review. *Climatic Change*, 162(4), 2359–2377. <https://doi.org/10.1007/s10584-020-02783-6>
- Franco, S., & Mesquita, M. (2019). Observatório de Literacia Oceânica: uma abordagem etnomatemática na ecologia. *Revista de Educação Técnica e Tecnológica Em Ciências Agrícolas*, April 2021, 129–138.
- Freire, P. (2003). *O caminho se faz caminhando* (2nd ed.). Vozes.
- Gérin-Lajoie, D. (2009). A aplicação da etnografia crítica nas relações de poder. *Revista Lusófona de Educacao*, 14, 13–27.
- Hadjimichael, M. (2018). A call for a blue degrowth: Unravelling the European Union's fisheries and maritime policies. *Marine Policy*, 94(August 2017), 158–164. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2018.05.007>
- Ingold, T. (2000). The Perception of the Environment - Essays on livelihood, dwelling and skill. In *Psychological Research: Innovative Methods and Strategies*. Taylor & Francis e-Library.
- Ingold, T. (2010). Da transmissão de representações à educação da atenção. *Educação*, 33(1), 6–25.
- Ingold, T. (2012). Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, 18(37), 25–44. <https://doi.org/10.1590/s0104-71832012000100002>
- Kaul, S., Akbulut, B., Demaria, F., & Gerber, J. F. (2022). Alternatives to sustainable development: what can we learn from the pluriverse in practice? *Sustainability Science*, 17(4), 1149–1158. <https://doi.org/10.1007/s11625-022-01210-2>
- Krenak, A. (2022). *Futuro Ancestral*. Companhia das Letras.

- Lawrence, M. G., Williams, S., Nanz, P., & Renn, O. (2022). Characteristics, potentials, and challenges of transdisciplinary research. *One Earth*, 5(1), 44–61. <https://doi.org/10.1016/j.oneear.2021.12.010>
- Leff, E. (2015). Political Ecology: a Latin American Perspective. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 35, 29–64. <https://doi.org/10.5380/dma.v35i0.44381>
- Lubchenco, J., & Gaines, S. D. (2019). A new narrative for the ocean. *Science*, 364(6444), 911. <https://doi.org/10.1126/science.aay2241>
- Machado Aráoz, H. (2017). “América Latina” y la Ecología Política del Sur. Luchas de re-existencia, revolución epistémica y migración civilizatoria. In H. Alimonda, C. Toro Pérez, & I. M. Coto (Eds.), *Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica*. CLASCO.
- Martinez-Alier, J. (2017). Justiça ambiental e decrescimento econômico: uma aliança entre dois movimentos. In J. E. Castro, L. H. Cunha, M. Fernandes, & C. M. de Sousa (Eds.), *Tensão entre justiça ambiental e justiça social na América Latina: o caso da gestão da água* (2nd ed., pp. 25–66). Editora da Universidade Estadual da Paraíba. <https://doi.org/10.5072/zenodo.715037>
- Martínez Alier, J. (2018). *O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração* (2nd ed.). Editora Contexto.
- Mesquita, M. (2023). Sea-ing en los paisajes humanos y la igualdad de libertades. Las relaciones socioculturales y ecológicas en la educación matemática. *Revista Venezolana de Investigación En Educación Matemática*, 3(2), e202310. <https://doi.org/10.54541/reviem.v3i2.83>
- Mesquita, M., Ferreira, R., Restivo, S., & Parra, A. (2020). Afterword. *Revista Latinoamericana de Etnomatemática Perspectivas Socioculturales de La Educación Matemática*, 13(3), 108–112. <https://doi.org/10.22267/relatem.20133.69>
- Neilson, A. L., & São Marcos, R. (2019). Reframing marine resource management with relational ontologies and hybrid entanglements: Fishing for empathy between Azorean fishers and scientists. *Marine Policy*, 105(April), 30–37. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2019.04.004>
- Paulus, E. (2021). Shedding Light on Deep-Sea Biodiversity—A Highly Vulnerable Habitat in the Face of Anthropogenic Change. *Frontiers in Marine Science*, 8(April), 1–15. <https://doi.org/10.3389/fmars.2021.667048>
- Pauly, D. (2018). A vision for marine fisheries in a global blue economy. *Marine Policy*, 87(October), 371–374. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2017.11.010>
- Pellow, D. N. (2016). TOWARD A CRITICAL ENVIRONMENTAL JUSTICE STUDIES: Black Lives Matter as an Environmental Justice Challenge. *Du Bois Review*, 13(2), 221–236. <https://doi.org/10.1017/S1742058X1600014X>

- Peters, K. (2020). The territories of governance : unpacking the ontologies and geophilosophies of fixed to flexible ocean management, and beyond. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, 375(1814), 20190458. <https://doi.org/10.1098/rstb.2019.0458>
- Prado, H. M., & Murrieta, R. S. S. (2015). A Etnoecologia em Perspectiva: Origens, Intefaces e Correntes Atuais de um Campo em Ascensão. *Ambiente & Sociedade*, 18(4), 139–160. <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC986V1842015>
- Rancière, J. (1996). O Desentendimento: Política e Filosofia. In *Angewandte Chemie International Edition*, 6(11), 951–952. (Vol. 3, Issue 1). Editora 34. <https://medium.com/@arifwicaksanaa/pengertian-use-case-a7e576e1b6bf>
- Reid, A. J., Eckert, L. E., Lane, J. F., Young, N., Hinch, S. G., Darimont, C. T., Cooke, S. J., Ban, N. C., & Marshall, A. (2021). "Two-Eyed Seeing": An Indigenous framework to transform fisheries research and management. *Fish and Fisheries*, 22(2), 243–261. <https://doi.org/10.1111/faf.12516>
- Renn, O. (2021). Transdisciplinarity: Synthesis towards a modular approach. *Futures*, 130(March), 102744. <https://doi.org/10.1016/j.futures.2021.102744>
- Russell, A. W., Wickson, F., & Carew, A. L. (2008). Transdisciplinarity: Context, contradictions and capacity. *Futures*, 40(5), 460–472. <https://doi.org/10.1016/j.futures.2007.10.005>
- Salleh, A., Escobar, A., Demaria, F., Acosta, A., & Kothari, A. (2019). *Pluriverse A Post-Development Dictionary*. Tulika Books.
- Santos, A. B. dos. (2015). *Colonição, Quilombos: Modos e Significação*. INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI.
- Schreiber, M. A., Chuenpagdee, R., Jentoft, S., Arias Schreiber, M., Chuenpagdee, R., & Jentoft, S. (2022). Blue Justice and the co-production of hermeneutical resources for small-scale fisheries. *Marine Policy*, 137(February), 104959. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2022.104959>
- Souza, J. B. de, Barbosa, M. H. P. A., Schmitt, H. B. B., & Heidemann, I. T. S. B. (2021). Paulo Freire's culture circles: contributions to nursing research, teaching, and professional practice. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 74(1). <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0626>
- Steneck, R. S., & Pauly, D. (2019). Fishing through the Anthropocene. *Current Biology*, 29(19), R987–R992. <https://doi.org/10.1016/j.cub.2019.07.081>
- Toledo, V. M. (2001). Indigenous Peoples, Biodiversity and. In S. A. B. T.-E. of B. Levin (Ed.),

Encyclopedia of Biodiversity (pp. 451–463). Elsevier.
<https://doi.org/https://doi.org/10.1016/B0-12-226865-2/00157-7>

- Toledo, V. M. (2002). Ethnoecology: A conceptual framework for the study of indigenous knowledge of nature. In J. R. Stepp, F. S. Wyndham, & R. K. Zarger (Eds.), *Ethnobiology and Biocultural Diversity* (p. 720). University of Georgia.
- Viridin, J., Vegh, T., Jouffray, J. B., Blasiak, R., Mason, S., Österblom, H., Vermeer, D., Wachtmeister, H., & Werner, N. (2021). The Ocean 100: Transnational corporations in the ocean economy. *Science Advances*, 7(3), 1–11. <https://doi.org/10.1126/sciadv.abc8041>

APÊNDICE - CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DO PARLAMENTO OCEÂNICO



#EMD2023

II Ciclo do Parlamento Oceânico

O Oceano que o Oceano quer

Dinamizadores:

Rui Pinto

Daniel Oliveira

18h - 20h00

10 DE JULHO 2023

JARDIM DA BIBLIOTECA DA FCT NOVA
CAPARICA



APOIO:



{2023}

MAYRA JANKOWSKY

OLHANDO JUNTOS PARA O OCEANO. DESAFIOS E CONTRADIÇÕES DA DÉCADA DO OCEANO

2023

MAYRA JANKOWSKY

OLHANDO JUNTOS PARA O OCEANO.
DESAFIOS E CONTRADIÇÕES DA DÉCADA DO OCEANO

